

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

Demonstrações Financeiras individuais em 31 de dezembro de 2022

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

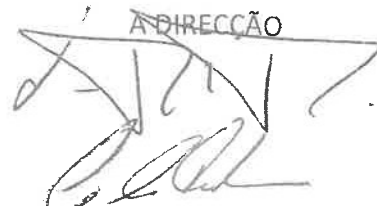
**Demonstração da Posição Financeira Individual
em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

RUBRICAS	NOTAS	(valores em Euros)	
		2022	2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	270 325	294 363
Activos intangíveis	7	0	0
Outros investimentos	8	21 843	40 791
		292 168	335 154
Activo corrente			
Clientes	9	650 279	543 455
Estados e outros entes públicos	10	29 054	14 019
Fundadores/Associados		0	297
Outros créditos a receber	12	2 547 351	2 316 877
Diferimentos	13	4 659	139 781
Activos financeiros detidos para negociação		24 267	24 642
Caixa e depósitos bancários	4	707 328	746 739
		3 962 938	3 785 810
Total do activo		4 255 106	4 120 964
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	14	355 825	355 825
Resultados transitados	15	1 190 582	1 109 914
Ajustamentos/Outras variações em fundos patrimoniais		243 065	243 065
Resultado líquido do período		160 760	80 668
Total dos fundos patrimoniais		1 950 232	1 789 472
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	16	21 157	29 456
		21 157	29 456
Passivo corrente			
Fornecedores	17	267 310	426 022
Estado e outros entes públicos	10	23 958	28 857
Financiamentos obtidos	16	8 335	16 194
Outras dívidas a pagar	18	1 981 328	1 680 853
Diferimentos	19	2 786	150 110
		2 283 717	2 302 036
Total do passivo		2 304 874	2 331 492
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4 255 106	4 120 964

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIRECÇÃO




**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

**Demonstração dos Resultados Individual
em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	(valores em Euros)	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	20	2 037 824	978 866
Subsídio à exploração	21	1 020 556	726 463
Fornecimentos e serviços externos	22	-2 651 776	-1 457 782
Gastos com o pessoal	23	-336 398	-298 863
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-2 758	-49 798
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	11	-5 375	0
Aumentos/reduções de justo valor		-375	409
Outros rendimentos	24	187 710	251 395
Outros gastos	25	-40 029	-28 373
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		209 379	122 317
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7	-24 039	-32 324
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		185 340	89 993
Juros e rendimentos similares obtidos	26	189	412
Juros e rendimentos similares suportados	26	-20 089	-5 150
Resultado antes de impostos		165 441	85 255
Imposto sobre o rendimento do período	27	-4 681	-4 587
Resultado líquido do período		160 760	80 668

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIRECÇÃO



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA

Demonstração de alterações nos Fundos Patrimoniais
em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
Saldo em 1 Janeiro 2021	355 825	1 107 456	243 065	2 457	1 708 803
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			0		0
Aplicação do Resultado Líquido de 2020		2 457		-2 457	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				80 668	80 668
RESULTADO INTEGRAL		2 457	0	78 211	80 668
Posição em 31 Dezembro 2021	355 825	1 109 913	243 065	80 668	1 789 471
Saldo em 1 Janeiro 2022	355 825	1 109 913	243 065	80 668	1 789 471
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			0		0
Aplicação do Resultado Líquido de 2021		80 668		-80 668	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				160 760	160 760
RESULTADO INTEGRAL		80 668	0	80 092	160 760
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO					
Distribuições					
Posição em 31 Dezembro 2022	355 825	1 190 581	243 065	160 760	1 950 231

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

Anexo às Demonstrações Financeiras individuais em 31 de dezembro de 2022

1 – Informação geral

A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS – ASSIMAGRA (doravante designada por “Assimagra” ou “Associação”) foi fundada em 11 de Setembro de 1975, substituindo o ex-Grémio Nacional dos Industriais de Mármore, Granitos e Cantarias, assumindo-se como uma associação privada sem fins lucrativos, tendo por objecto representar todos os empresários, que, em Portugal exerçam a indústria dos mármore, granitos e rochas similares ou indústrias afins. A Assimagra procura contribuir activamente para a resolução dos problemas específicos do sector, tendo em vista a maior produtividade e a aplicação de ajustadas práticas comerciais, bem como, a defesa e apoio dos associados. Como forma de divulgar junto dos associados a outras entidades a actividade desenvolvida pela associação, bem como mater uma informação actualizada da evolução do sector face às realidades nacionais e estrangeiras, edita a revista “A Pedra”.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação pela Direcção em 15 de março de 2023, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia-Geral de Accionistas, nos termos dos estatutos e da legislação em vigor em Portugal.

Os responsáveis da Associação, isto é, os membros da Direcção que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Assimagra.

As Notas deste anexo seguem a ordem pela qual os itens são apresentados nas demonstrações financeiras.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas em conformidade com todas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho e republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho (na sequência da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho). Assim, tais demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

c) Regime do acréscimo

A Associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são, à luz da **NCRF 24 – Acontecimentos após a data do balanço**, reflectidos nas demonstrações financeiras do período de relato. No caso particular da Assimagra, não foram identificados quaisquer casos susceptíveis de influenciar as referidas demonstrações.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Assimagra são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, líquido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Considera-se, como custo de aquisição, os custos

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA

directamente atribuíveis à aquisição dos activos (soma do respectivo preço de compra com os gastos suportados directa ou indirectamente para o colocar no seu estado actual e local de uso).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do activo ou são reconhecidos como um activo separadamente, apenas quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao bem e quando o custo puder ser mensurado com fiabilidade.

Os custos com manutenção programada são considerados como uma componente do custo de aquisição do activo fixo tangível sendo depreciada integralmente até à data prevista da manutenção.

Todos os outros custos de manutenção, conservação e reparação são registados em resultados durante o período financeiro em que são incorridos.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes anuais, a partir da data em que o activo se encontra em condições de funcionamento, utilizando-se as taxas que melhor reflectem as suas vidas úteis estimadas como se segue:

	Nº de Anos
Edifício e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 - 8
Outros activos fixos tangíveis	10

Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustadas, se necessário, em cada data de relato. Se a quantia escriturada de um activo fixo tangível for superior ao seu valor recuperável procede-se ao ajustamento do seu valor contabilístico para o seu valor recuperável estimado, mediante o reconhecimento de perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de activos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros proveitos ou outros gastos operacionais.

3.3. Investimentos financeiros

a) Investimentos em Associadas

Os investimentos financeiros em Empresas associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, em conformidade com a **NCRF 13 – Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas**. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a parte da Empresa nos resultados das Empresas associadas, por contrapartida da rubrica de "perdas/(ganhos) em Empresas participadas, e ajustada pelo valor correspondente à participação da Empresa nas variações dos capitais próprios das Empresas associadas. As participações financeiras poderão ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade.

b) Investimentos noutras Empresas

Todas as participações de capital em entidades com as quais não existe um controlo ou influência significativa, encontram-se registadas em conformidade com **NCRF 27 – Instrumentos financeiros**. De acordo com esta norma, as participações encontram-se

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA

valorizadas ao custo de aquisição, deduzidos de eventuais imparidades apuradas, sendo reconhecidos como ganhos dos exercícios os dividendos distribuídos por aquelas entidades.

3.4. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é constituído por imposto corrente e imposto diferido, sendo reconhecido de acordo com o preconizado pelo IAS 12.

Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do período, para além do imposto corrente é ainda considerado o efeito do imposto diferido, calculado com base na diferença entre o valor contabilístico dos activos e passivos e o correspondente valor para efeitos fiscais. Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os activos por impostos diferidos sejam revertidos. No final de cada período é efectuada uma avaliação desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função da sua expectativa de utilização futura.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulta de transacções ou eventos reconhecidos em rubricas de fundos patrimoniais, é registado directamente nestas mesmas rubricas, não afectando o resultado do período.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2018 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.5. Clientes e outros créditos a receber

As contas de "Clientes" e "Outros créditos a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal, sendo subsequentemente deduzidas de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo que podem ser imediatamente mobilizáveis. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.7. Fundo social

O Fundo Social corresponde aos resultados acumulados pela Associação ao longo da sua existência.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS ASSIMAGRA

O valor da rubrica reconhecida em Balanço encontra-se escriturado pelo montante realizado.

3.8. Fornecedores e outras dívidas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

3.9. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro acordada são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Associação tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.10. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços e concessões decorrentes da actividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

3.11. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Associação cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de aquisições de activos fixos tangíveis estão registados em balanço em rubrica de fundos patrimoniais e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos activos subsidiados.

Os subsídios à exploração são registados como rendimentos do exercício.

3.12. Imparidade de Activos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação da imparidade dos activos. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)", ou na rubrica "Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)", caso a mesma respeite a activos não depreciables.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica suprarreferida. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

3.14 Activos e passivos contingentes

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. A Empresa não reconhece activos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o activo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

3.15 Juízos de valor e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam o valor contabilístico dos activos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base no melhor conhecimento existente à data da aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data da aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por esse motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA

4. Fluxos de caixa

A discriminação de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é como se segue:

RUBRICAS	NOTAS	(valores em Euros)	
		2022	2021
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes		2 140 755	1 068 708
Pagamentos a fornecedores		(2 853 504)	(1 125 100)
Pagamentos ao pessoal		(340 180)	(294 437)
Caixa gerada pelas operações		(1 052 930)	(350 829)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(3 150)	(2 211)
Outros recebimentos/pagamentos		1 052 728	291 326
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(3 352)	(61 714)
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		189	412
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		189	412
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(16 159)	(19 519)
Juros e gastos similares		(20 089)	(5 150)
Dividendos			
Redução de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(36 248)	(24 669)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(39 410)	(85 971)
Efeitos das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	746 739	832 710
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	707 328	746 739

4
h.

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

RUBRICA	31/12/2022	31/12/2021
Numerário	226	415
Depósito á Ordem	407 102	446 323
Depósito a Prazo	300 000	300 000
Caixa e seus equivalentes no Balanço	707 328	746 739
Caixa e seus equivalentes na demonstração de Fluxos de caixa	707 328	746 739

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2022 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2021, apresentada para efeitos comparativos.

6. Activos fixos tangíveis

Durante o exercício de 2022 o movimento ocorrido no valor dos activos tangíveis bem como nas respectivas amortizações, foi o seguinte:

Rubrica	Terrenos e Recursos Naturais	Edifício e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Custo do Imobilizado							
Saldo em 01/01/2022	79 496	269 741	51 966	132 420	174 771	103 047	811 441
Adições							0
Abates							0
Transferências							0
Saldo em 31/12/2022	79 496	269 741	51 966	132 420	174 771	103 047	811 441
Saldo de depreciações acumuladas em 01/01/2022	0	94 059	46 019	98 421	175 532	103 047	517 078
Aumento de depreciações do exercício		5 325	1 714	17 000			24 039
Diminuição de depreciações do exercício							0
Saldo de depreciações acumuladas em 31/12/2022	0	99 384	47 733	115 421	175 532	103 047	541 117
Valor Líquido							
Saldo em 01/01/2022	79 496	175 682	5 948	33 999	-762	0	294 363
Saldo em 31/12/2022	79 496	170 357	4 234	16 999	-762	0	270 324

Durante o exercício de 2021 o movimento ocorrido no valor dos activos tangíveis bem como nas respectivas amortizações, foi o seguinte:

Rubrica	Terrenos e Recursos Naturais	Edifício e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Custo do Imobilizado							
Saldo em 01/01/2021	79 496	269 741	51 966	132 420	174 771	103 047	811 441
Adições							0
Abates							0
Transferências							0
Saldo em 31/12/2021	79 496	269 741	51 966	132 420	174 771	103 047	811 441
Saldo de depreciações acumuladas em 01/01/2021	0	88 734	46 019	73 491	173 463	103 047	484 754
Aumento de depreciações do exercício		5 325		24 930	2 069		32 324
Diminuição de depreciações do exercício							0
Saldo de depreciações acumuladas em 31/12/2021	0	94 059	46 019	98 421	175 532	103 047	517 078
Valor Líquido							
Saldo em 01/01/2021	79 496	181 007	5 948	58 929	1 307	0	326 687
Saldo em 31/12/2021	79 496	175 682	5 948	33 999	-762	0	294 363

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

A Associação possui Activos Tangíveis adquiridos através de Leasing financeiro, que em 31 de dezembro de 2022 têm um valor líquido de 29.942 euros, conforme quadro abaixo:

Ativos Tangíveis adquiridos em Leasing	Valor Líquido
Veiculos ligeiros	29 492
Total	29 492

7. Activos Intangíveis

Durante o exercício de 2022 o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis bem como nas respectivas amortizações, foi o seguinte:

Rubrica	Programas de Computador	Total
Vida útil em anos		
Custo do Imobilizado		
Saldo em 01/01/2022	9 900	9 900
Adições		
Abates		
Regularizações		
Transferências		
Saldo em 31/12/2022	9 900	9 900
Saldo de depreciações acumuladas em 01/01/2022	9 900	9 900
Aumento de depreciações	0	0
Diminuição de depreciações		
Saldo de depreciações acumuladas em 31/12/2022	9 900	9 900
Imobilizado Líquido		
Saldo em 01/01/2022	0	0
Saldo em 31/12/2022	0	0

Durante o exercício de 2021 o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis bem como nas respectivas amortizações, foi o seguinte:

Rubrica	Programas de Computador	Total
Vida útil em anos		
Custo do Imobilizado		
Saldo em 01/01/2021	9 900	9 900
Adições		
Abates		
Regularizações		
Transferências		
Saldo em 31/12/2021	9 900	9 900
Saldo de depreciações acumuladas em 01/01/2021	9 900	9 900
Aumento de depreciações	0	0
Diminuição de depreciações		
Saldo de depreciações acumuladas em 31/12/2021	9 900	9 900
Imobilizado Líquido		
Saldo em 01/01/2021	0	0
Saldo em 31/12/2021	0	0

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

8. Participações financeiras e créditos a receber

Esta rubrica é constituída essencialmente por investimentos em outras empresas que não têm preço de mercado cotado num mercado activo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição, não tendo sido reconhecidas quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, esta rubrica inclui os seguintes investimentos:

Rubrica	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos concedidos		14 579
Investimentos noutras empresas	37 060	37 060
Fundos de compensação do trabalho	4 737	3 731
Perdas por imparidade em Investimentos Financeiros	-19 954	-14 579
Total	21 843	40 791

Em 31 de dezembro de 2022, a Associação detém as seguintes participações financeiras:

	Capital próprio	Resultado líquido	%	Montante
<u>Outras Empresas:</u>				
CEVALOR			1,755	14 964
ESTER			4,642	4 990
IPQ- Instituto Português da Qualidade (APCER)			0,416	3 741
ADRAL-Ag. Desenvolvimento Regional do Alentejo			0,222	998
APCER				12 368

9. Clientes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

RUBRICA	31/12/2022		31/12/2021	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Clientes - Conta corrente	1 103 073		982 090	
Clientes - Partes relacionadas			11 400	
Clientes - Cobrança duvidosa	40 203		40 203	
Clientes - Outros				
Ajustamentos por imparidade de clientes	-492 997		-490 239	
Total	650 279	0	543 454	0

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

A antiguidade dos saldos de clientes a 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentava-se como segue:

Antiguidade de Saldo de Clientes	2022	2021
Menos de 365 dias	492 033	436 549
Mais de 365 dias	651 242	597 144
Ajustamentos por imparidade acumulados	-492 997	-490 239
Total	650 279	543 454

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2022 e 2021 na rubrica de imparidade de contas a receber teve o seguinte detalhe:

	2022	2021
Saldo Inicial	490 239	440 441
Aumentos	39 952	98 951
Reduções	-37 193	-49 153
Outros ajustamentos		
Saldo Final	492 997	490 239

Os aumentos e reduções de Imparidades de clientes estão relacionados com a avaliação da imparidade de contas a receber segundo os critérios adoptados pela Associação.

10. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

RUBRICA	31/12/2022	31/12/2021
Activo		
Imposto sobre o Rendimento - IRC	1 977	2 854
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	27 077	11 165
Outros impostos e taxas		
Total	29 054	14 019
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento - IRC	4 681	4 587
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	10 580	15 355
Imposto sobre o Rendimento - IRS	3 942	3 918
Segurança Social	4 755	4 998
Outros impostos e taxas		
Total	23 958	28 857

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

11 – Partes relacionadas

Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras, são consideradas partes relacionadas todas as filiais, associadas e restantes empresas em que a Associação detém participações, de acordo com o IAS 24.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

Entidades	Saldos 2022					
	Contas de clientes	Outras Contas a Receber	Contas de Fornecedores	Outras Contas a Pagar	Empréstimos Concedidos	Provisões e Imparidade
Empresas associadas: EDC Mármores - Empr Gest Ar Dep Comum Marm. SA	0				0	0
Total	0	0	0	0	0	0

Entidades	Saldos 2021					
	Contas de clientes	Outras Contas a Receber	Contas de Fornecedores	Outras Contas a Pagar	Empréstimos Concedidos	Provisões e Imparidade
Empresas associadas: EDC Mármores - Empr Gest Ar Dep Comum Marm. SA	11 400				14 579	25 979
Total	11 400	0	0	0	14 579	25 979

Em 2022 procedeu-se ao registo da incobrabilidade dos créditos da associada REDC Mármores, em virtude do decreto de falência desta sociedade.

12. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica "Outros créditos a receber" tinha a seguinte composição:

RUBRICA	31/12/2022		31/12/2021	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Adiantamento a fornecedores				
Adiantamentos ao pessoal				
Devedores por acréscimos de rendimentos	2 538 864		2 294 101	
Outros devedores	8 487		22 776	
Ajustamentos por imparidades	0		0	
Total	2 547 351	0	2 316 877	0

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

A Rubrica "Devedores por acréscimos de rendimentos" em 31 de dezembro de 2022, tem a seguinte decomposição:

	Projecto	Ano Execução	observações	Valor
QREN	PA2/Projectos Integrados	2015	a)	38 136
P2020	STONE PT -45	2015	a)	74 955
P2020	Interstone 2015/2016	2015	a)	7 610
P2020	linked by Stone (16251)	2016	a)	31 084
P2020	INTERSTONE 2017/2018	2017	b)	826 466
P2020	Enterprise (prj 16225)	2017	a)	85 184
P2020	Primeira Pedra II (37673)	2018	a)	73 484
P2020	S.TONE	2018	a)	11 086
P2020	INTERSTONE 2019/2020	2019	b)	837 895
P2020	Formação PME AEP	2020	a)	56 739
P2020	The Stone 4.0 Age	2020	a)	29 446
P2020	STONE SHARE	2021	a)	6 898
P2020	INTERSTONE 2021/2023	2021	b)	381 159
P2020	ENTERPRISING THE FUTURE	2021	a)	29 221
PRR	Stone Dialogues	2022	a)	9 951
PRR	Divulgação Agenda WP7.2	2022	a)	39 548
Total				2 538 864

- a) Valor respeitante à parte das despesas já incorridas pela Assimagra.
b) Valor respeitante à análise dos protocolos de adesão aos projetos assinados pelas empresas, cujos valores serão regularizados após apuramento final dos valores de incentivo da Associação e associados.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não se registaram movimentos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de outros devedores".

13. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 os valores registados nesta rubrica dizem respeito a diferimentos com gastos a reconhecer no exercício seguinte relativos a seguros a liquidar e gastos com eventos a realizar. O saldo apresenta um montante de 4.659 euros.

14. Fundo Social

Em 31 de dezembro de 2022 o Fundo Social da Associação subscrito pelos associados era de 355.825 euros. Nos exercícios de 2022 e 2021 não se registaram movimentos de associados nesta rubrica.

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

15. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 28 de abril de 2022, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica de Resultados Transitados. Esta rubrica inclui ainda os prejuízos contabilísticos apurados em períodos anteriores.

16. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Tipo Financiamento	2022			2021	
	Corrente	Não Corrente		Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários					
Locações Financeiras Millenium BCP	8 335	21 157		16 194	29 457
Total	8 335	21 157		16 194	29 457

O detalhe das responsabilidades com locações financeiras discrimina-se como segue:

	Data fim	montantes em dívida	
		até 1 ano	de 1 a 5 anos
BCP - Contrato 129101	2025	8 335	21 157

17. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

RUBRICA	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - contas correntes	267 310	426 022
Total	267 310	426 022

[Handwritten signature]

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

18. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Outras dívidas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

RUBRICA	31/12/2022		31/12/2021	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Remunerações a pagar	40 738		44 520	
Credores por acréscimos de gastos	9 466		7 357	
Credores diversos - projectos	1 917 013		1 614 610	
Outros	14 111		14 365	
Total	1 981 328	0	1 680 853	0

A rubrica "Credores Diversos" respeita fundamentalmente a adiantamentos efectuados pelo Instituto Apoio PME Inovação referentes aos Projetos 26344/2017 e 38085/2021 Interstone (Nota 12), cuja repartição desses valores pela Assimagra e pelos Associados será definida com o encerramento dos Projectos.

19. Diferimentos

A rubrica de diferimentos destina-se a registar o excesso da faturação acumulada face aos réditos acumulados reconhecidos na demonstração dos resultados, relativamente a serviços a prestar no ano seguinte. Em 31 de dezembro de 2022, esta rubrica apresenta o valor de 2.786 euros.

20. Prestações de serviços

As prestações de serviços nos períodos de 2022 e de 2021 foram como segue:

	2022	2021
Prestações de serviços		
Mercado interno	2 262 824	978 866
Mercado externo	45 000	
	2 307 824	978 866

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

21. Subsídios á exploração

O saldo desta rubrica nos períodos de 2022 e de 2021 é detalhado como segue:

Programa	2022	2021
INTERSTONE	343 423	173 034
Intraw		20 006
PRIMEIRA PEDRA	178 522	(14 029)
Enterprise	95 560	115 178
Formação - Ação PME	94 206	56 423
Stone 4.0 age	55 583	296 265
Mine the Gap	49 778	
Robominers	16 557	22 342
Stone Share	137 428	57 245
Stone Dialogues	9 951	
Divulgação Agenda WP 7.2	39 548	
	1 020 556	726 463

22. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Rubrica	31/12/2022	31/12/2021
Serviços especializados	2 250 394	1 202 633
Publicidade e propaganda	0	350
Honorários	7 530	7 019
Conservação e reparação	6 682	4 551
Ferramentas e utensílios	14 856	9 675
Material escritório	1 007	7 209
Artigos para oferta	0	1 225
Energia e fluidos	14 036	12 297
Deslocações e estadas	150 466	58 740
Transportes pessoal e mercadorias	155 558	99 639
Rendas e Alugues	7 560	7 681
Comunicação	9 686	12 008
Seguros	4 406	5 262
Contencioso e Notariado	5	85
Despesas Representação	20 031	23 020
Limpeza, Higiene e Conforto	257	526
Outros Fornec e Serviços	9 302	5 860
Total	2 651 776	1 457 782

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

23. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Rubrica	31/12/2022	31/12/2021
Remunerações do Pessoal	250 702	244 329
Indemnizações	30 000	
Encargos sobre Remunerações	52 753	51 924
Seguros de Acidentes no Trabalho	2 929	1 916
Outros gastos com o Pessoal	14	694
Total	336 398	298 863

24. Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foram como segue:

Rubrica	31/12/2022	31/12/2021
Quotizações	157 590	142 493
Dividendos	7 828	5 545
Diferenças de câmbio favoráveis	1 316	223
Outros rendimentos suplementares	52	
Outros rendimentos e ganhos	20 924	103 135
Total	187 710	251 395

25. Outros gastos

Os outros gastos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foram como segue:

Rubrica	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e taxas	1 471	3 070
Dívidas incobráveis	11 400	
Gastos e perdas em Associadas	14 578	
Outros gastos e perdas	12 580	25 302
Total	40 029	28 373

A rubrica "outros gastos" diz respeito essencialmente a quotizações pagas pela Associação.

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

26. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2022 e de 2021, tinham a seguinte composição:

	2022	2021
Juros obtidos		73
Diferenças de câmbios favoráveis	189	339
Outros rendimentos similares		
Total juros e rend. similares obtidos	189	412
Juros suportados	573	628
Diferenças de câmbios desfavoráveis	15 259	1 680
Outros gastos e perdas de financiamento	4 256	2 842
Total juros e rend. similares suportados	20 089	5 150

27. Imposto sobre o Rendimento

A Associação encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa especial de 21%.

Acresce ainda que nos termos do artigo 81.º do Código do IRC, a Associação encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos devidamente identificados às taxas previstas no artigo supra mencionado.

De acordo com o artigo 45.º da Lei Geral Tributária, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos poderão ser prolongados ou suspensos de acordo com o artigo 46.º da mesma Lei.

A Direcção da Associação entende que eventuais correcções às declarações fiscais, resultantes de revisões ou inspecções por parte da Administração Fiscal não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

Nos termos do artigo 47.º do Código do IRC, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de quatro anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

Os Impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios de 2022 e 2021 são detalhados da seguinte forma:

	2022	2021
Imposto Corrente		
Colecta	2 648	
Derrama		
Tributações autónomas	2 033	4 587
Benefício Fiscal		
	4 681	4 587
Imposto Corrente de exercícios anteriores		
Imposto Diferido Activo		
Imposto Diferido Passivo		
Total	4 681	4 587

28. Compromissos / Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2022, a Associação não possui nenhuma obrigação ou compromisso extra contabilístico, além dos registados no balanço.

29. Eventos subsequentes

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

De referir, ainda, que o impacto da pandemia COVID-19 afetou parcialmente as contas do exercício de 2022, fruto da redução ou suspensão ou até mesmo prorrogação dos projetos de internacionalização da Assimagra. Este impacto poderá continuar a sentir-se enquanto as condições pandémicas não se alterarem.

30. Informações exigidas por diplomas legais

A Direcção informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Direcção informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de ASSIMAGRA - Associação Portuguesa da Indústria dos Recursos Minerais (Associação) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 4.255.106 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.950.232 euros, incluindo um resultado líquido de 160.760 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de ASSIMAGRA - Associação Portuguesa da Indústria dos Recursos Minerais em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Associação nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

A realização do valor de 2.538.864 euros, respeitante a acréscimos de rendimentos (Nota 12), ocorrerá com os pedidos de pagamento e conclusão dos projetos apresentados no âmbito dos sistemas de incentivos à qualificação PME. A nossa opinião não é modificada por esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da

- Associação de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Associação de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que a auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Associação;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Associação para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Associação descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 29 de março de 2023



KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.

Representada por João José Lopes da Silva